

1 Ata da Assembleia Permanente de Greve da Associação dos Professores Universitários do
2 Recôncavo – APUR, instância organizativa e deliberativa territorial do Sindicato Nacional
3 dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN. Ao décimo sexto dia do
4 mês de agosto do ano de dois mil e doze, às dez horas, em primeira convocação, sem
5 registro de quórum para instauração da Assembleia, e às dez horas e trinta minutos, em
6 segunda convocação com atendimento do quórum regimental para estabelecimento da
7 Assembleia Geral da APUR, reuniram-se ordinariamente no Auditório do Centro de Artes
8 Humanidades e Letras, no município de Cachoeira, os docentes da Universidade Federal do
9 Recôncavo da Bahia – UFRB, em conformidade com a pauta de convocação amplamente
10 divulgada. Primeiramente, deu-se a composição da mesa diretora: o professor Eder Pereira
11 Rodrigues (CCS), representante da APUR, coordenou os trabalhos da mesa, sendo
12 auxiliado pelos professores Antônio Eduardo Alves de Oliveira (CAHL), Francisco de Souza
13 Fadigas (CETEC) e Givanildo Bezerra de Oliveira (CCS). O coordenador da mesa saudou a
14 presença de todos em nome do comando local de greve (CLG) e leu a proposta de pauta da
15 Assembleia. Em seguida, os docentes da UFRB foram consultados acerca da pauta, não
16 havendo modificações, a mesma foi aprovada com os seguintes pontos: 1) Informes; 2)
17 Avaliação da Greve; 3) O que ocorrer. Desse modo, iniciou-se a discussão da pauta. **1.**
18 **Informes:** a mesa convidou o professor Tarcísio Fernandes Cordeiro (CFP) para repassar
19 informações do comando nacional de greve (CNG). Ele mencionou que o professor David
20 Romão Teixeira se fez presente no CNG até semana passada e que foi substituído pelo
21 professor Herbert Toledo Martins. Informou ainda que os protestos em Brasília têm sido
22 feitos pelo conjunto dos servidores federais em greve, de forma geral, pois há praticamente
23 uma greve em cada ministério. O professor Tarcísio disse de notícias informais que José
24 Maria de Almeida do CSP-Conlutas questionou Sérgio Mendonça se haveria possibilidades
25 de avançar mais um pouco nas negociações docentes e teve como resposta que do ponto
26 de vista financeiro não há como avançar, mas que em outros pontos acreditava que sim. O
27 professor Tarcísio ainda mencionou que 31 de agosto é o último dia para o executivo
28 encaminhar ao congresso o orçamento 2013 para que seja aprovado; e como diversas
29 categorias estão em greve está complicada a negociação com o governo. O professor
30 também chamou a atenção para a forma como governo tem tratado os grevistas, citando
31 como exemplos que a polícia federal foi dispersada com spray de pimenta e que os
32 servidores da ANVISA têm sido substituídos por funcionários estaduais e municipais.
33 Tarcísio mencionou ainda que o contexto está complicado no país, que as ações contra o
34 governo têm sido intensificadas, mas que o movimento docente não se encontra no foco das
35 discussões em função da grande quantidade de categorias em greve. E finalizou
36 questionando qual a pauta mínima que devemos apresentar, porque o ANDES tem
37 solicitado das bases tais informações. Em seguida, a mesa convidou a professora Ana
38 Cristina Givigi - Kiki (CFP), para dar outros informes relativos à greve dos servidores público
39 federais. A professora Kiki disse que a novidade era que os servidores da CAPES entraram
40 em greve e que os do CNPq estão em eminência de deflagrar uma greve. Sobre a greve da
41 CAPES a professora contou que as informações são de que não haverá suspensão das
42 bolsas, mas que poderá haver atrasos no pagamento e na implementação de novas bolsas;
43 que o expediente da CAPES está funcionando precariamente e que o lançamento de novos
44 editais será atrasado; que a prioridade da CAPES é o pagamento de bolsas e
45 implementação de novas. Dando prosseguimento ainda aos informes, a mesa convidou o
46 professor Clair Rogério da Cruz (CCAAB) para falar sobre a reunião que o comando local de
47 greve (CLG) teve com a Reitoria em continuidade a discussão de nossa pauta local. O
48 professor relatou que ontem, 15 de agosto, houve mais uma rodada de negociação com a
49 Reitoria para tratar da pauta local, mas que o Reitor não estava presente e quem presidiu a
50 reunião foi o Vice-Reitor. O professor Clair disse que na reunião foi perguntado ao Vice-
51 Reitor sobre o corte de ponto dos grevistas; a resposta foi que há uma indicação da
52 Controladoria Geral da União para que seja encaminhada uma lista de frequência, mas que
53 a Reitoria não pretende encaminhar, a menos que seja acionada judicialmente. Dando
54 prosseguimento aos informes da pauta local, o professor Clair disse que a Reitoria entregou

55 um documento sobre as informações de capacitação docente, solicitadas nas rodadas de
56 negociação anteriores. Clair contou que o ponto de pauta da reunião foi Políticas de
57 valorização, assistência e permanência dos docentes e seguiu mencionando os itens
58 discutidos e as respostas da Reitoria. Assim, para o item Formulação de um programa de
59 fixação docente, com disponibilização de recursos e infraestrutura para pesquisa e
60 extensão, a Reitoria alegou não receber do MEC recursos específicos para pesquisa e
61 extensão, mas se comprometeu a buscar, junto com a PRPPG, mecanismos para captação
62 de recursos para Editais internos, junto a FAPESB, por exemplo. Quanto ao apoio para as
63 atividades voltadas para a elaboração dos TCC, a Reitoria se comprometeu a fomentar uma
64 discussão específica sobre o TCC, envolvendo os Colegiados, PROGRAD, etc. Além disso,
65 Reitoria mencionou que os programas de bolsa, incluindo os da PROPAE, já servem de
66 apoio para essas atividades. Já para o item que trata de Requerer junto ao Governo Federal
67 a criação de uma política de fixação de docente no interior: assistência moradia ao docente,
68 linha de financiamento própria para o servidor das IFES do interior (moradia), melhoria das
69 condições de segurança, a Reitoria informou que encaminhou ao MEC documento sobre
70 diretrizes para expansão do ensino superior, em que orienta o governo para que novas
71 universidades sejam instaladas em cidades que possuem uma melhor infraestrutura.
72 Entretanto, a Reitoria disse não possuir nenhuma proposta concreta, mas se comprometeu
73 a estudar alternativas. Ainda a PROGEP informou que legalmente não é possível pagar
74 auxílio moradia de forma generalizada, sendo este instrumento reservado para
75 deslocamento de funcionários para cumprir funções específicas de interesse da instituição.
76 Também foi sugerido que os servidores da UFRB formassem uma cooperativa para solicitar
77 financiamento junto a Caixa Econômica Federal. Para o item Ampliação dos auxílios
78 transporte, saúde complementar e alimentação, a Reitoria se comprometeu a apoiar a luta
79 pela equiparação do auxílio alimentação com o de outros servidores públicos federais;
80 informou ainda que o pagamento de auxílio transporte não é permitido para os professores
81 do Centro de Formação de Professores em função do deslocamento
82 residência/trabalho/residência está fora do previsto em lei para concessão do auxílio, e que
83 estudou a possibilidade de transformar o auxílio transporte em auxílio moradia, mas não foi
84 possível legalmente. Para o item Serviço de saúde do trabalhador e segurança do trabalho,
85 a Reitoria informou que foram contratados 3 médicos, uma odontóloga e uma assistente
86 social por meio do SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público
87 Federal), mas que as perícias médicas ainda vem sendo realizadas no SMURB, em
88 Salvador. Esse atendimento virá para Cruz das Almas assim que o espaço físico estiver
89 disponível. Enquanto o atendimento não estiver disponível aqui, será providenciado o
90 transporte do servidor e feito um melhor planejamento para melhorar os serviços. A Reitoria
91 assumiu que há deficiências com relação à segurança do trabalho, mas que a PROGEP
92 está investindo em equipamentos e treinamento de pessoal. Entretanto, fatores de risco
93 biológico e químico não estão sendo avaliados pela instituição. Além disso, a Reitoria não se
94 comprometeu a rever os processos de insalubridade e periculosidade, porque os cortes
95 foram feitos por imposição do governo federal e sugeriu que a APUR entrasse com ação
96 judicial contra a UFRB. Para o item Ampliação dos recursos para realização de eventos
97 acadêmicos, a Reitoria declarou que tem apoiado tais eventos, mas que há limitações
98 orçamentárias para este fim. Contudo, propôs-se a aumentar os recursos e sugeriu a
99 captação de recursos das fontes financiadoras externas. Quanto às diárias para participação
100 em eventos, informou que os Centros devem definir sua política de concessão. Para o item
101 Formulação de políticas de apoio aos grupos de pesquisa da UFRB, a Reitoria mencionou
102 que a PRPPG aplicou um questionário com os grupos de pesquisa e está providenciando a
103 compra de material de consumo. Além disso, a PRPPG/Reitoria se comprometeu a fazer
104 gestão junto a FAPESB para tentar viabilizar recursos para Edital interno. Para o item
105 Desenvolver ações que estimulem práticas esportivas e atividades artísticas e culturais,
106 criando espaços comuns que promovam a convivência universitária, a Reitoria informou que
107 conseguirá algum investimento em espaços de vivência; que existem projetos para os
108 centros de vivência, mas não são prioritários; que a estruturação de espaços de vivência

109 será articulada junto aos Centros; e que um ginásio de esportes conseguido junto a
110 Petrobrás será instalado no campus de Cruz das Almas, provavelmente no próximo ano.
111 Como último item dessa rodada de discussão, a Criação de Posto Médico em cada Campus
112 com assistência médica e serviços rápidos de enfermagem e equipado com ambulância, a
113 Reitoria informou que foi apresentado um projeto ao governo, mas não foi aceito. Salientou-
114 se a necessidade de uma política conjunta regional em prol da saúde e que deve ser criado
115 um manual de serviços essenciais de saúde oferecidos pelos municípios. Terminada a
116 informação sobre as negociações da pauta local o presidente da mesa convidou o professor
117 José Raimundo Santos (CFP) para informar como se dará nossa visita a Irmandade da Boa
118 Morte logo após a manobra da Greve. O professor José Raimundo chamou a atenção para
119 o significado dos festejos da Irmandade, que se configuram numa resistência aos processos
120 de dominação e violência sofridos pelas religiões de matriz africana. O professor também
121 salientou que a ida dos professores da UFRB em caravana até a Irmandade será simbólica
122 e não se deverão proclamar palavras de ordem. Para finalizar os informes do CLG, a mesa
123 convidou o professor João Mendes de Lima Júnior (CCS) que falou sobre a conjuntura do
124 movimento docente da base do PROIFES. O professor mencionou que ontem houve uma
125 situação ainda não vista no movimento docente, que foi a destituição da diretoria da APUB.
126 E segue: “na assembleia de ontem tinha até um oficial de justiça para impedir que o CLG da
127 UFBA presidisse a assembleia, e a mesma foi conduzida por professores indicados entre os
128 presentes. Na UFC também tem havido algo semelhante, como também em Goiás. Na UFC
129 já há um documento assinado pedindo a desfiliação”. Terminados os informes do CLG, o
130 presidente da mesa facultou a palavra para informes dos presentes, mas como não houve
131 inscritos, passou-se para o segundo ponto da pauta. **2. Avaliação da Greve:** a avaliação da
132 greve foi iniciada pelo professor Francisco de Souza Fadigas (CETEC) que apresentou o
133 documento elaborado pelo CLG acerca da negociação com o governo, onde se faz uma
134 análise pormenorizada do acordo proposto pelo Governo Federal em 01.08.2012. O
135 documento pode ser acessado na íntegra através do link ([http://apur.org.br/analise-do-
136 comando-de-greve-da-ufrb-em-relacao-ao-acordo-proposto-pelo-governo-em-01082012/](http://apur.org.br/analise-do-comando-de-greve-da-ufrb-em-relacao-ao-acordo-proposto-pelo-governo-em-01082012/)). À
137 medida que o documento ia sendo apresentado foram aceitas intervenções que seguem: O
138 professor Anacleto Ranulfo dos Santos (CCAAB) concordou que os critérios de avaliação de
139 desempenho não devem ser apontados por um grupo de trabalho formado pelo governo,
140 ANDIFES e PROIFES, pois cada instituição tem sua realidade, o que é possível para um
141 professor de uma IFES não é necessariamente para o da outra. E salientou que estamos
142 fora porque não assinamos o acordo e mesmo que isso tivesse acontecido seriam três
143 contra um. O professor Anacleto ainda acrescentou que essa discussão dentro da UFRB
144 hoje não é favorável para o docente, em função da constituição dos conselhos como
145 CONSUNI e CONAC. O professor José Fernandes de Melo Filho (CCAAB) acrescentou que
146 PUCRCE (Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos) é uma lei que
147 permite melhores ganhos para categoria do que haveria no GT. Findada a apresentação do
148 documento pelo professor Fadigas, seguiu-se com a avaliação de conjuntura pelo CLG. O
149 professor João Mendes de Lima Júnior (CCS) iniciou lembrando que entramos numa greve
150 e a imprensa manteve o maior silêncio. E disse: “A imprensa é golpista! A imprensa é
151 governo! A questão de FHC ter se pronunciado acenando como positivo o tratamento
152 dispensado aos grevistas talvez só piorou a situação do governo. Herbert Toledo acabou de
153 me passar informes de Brasília. Lá em alguns momentos se tinha até 10 mil pessoas nas
154 ruas, isso assustou o governo. Além disso, avaliação dos senadores Eduardo Suplicy e
155 Cristovam Buarque é de que a proposta é medíocre. E não foi boa para nenhuma das
156 partes, pois não acabou a greve, o PROIFES ficou numa situação difícil com sua base.
157 Imagino que a greve precisa acabar, mas não agora! Ainda temos um prazo até o final do
158 mês. E nessa conjuntura que apenas uma das partes interessadas na negociação assinou
159 acordo.” Em seguida o professor Tarcísio Fernandes Cordeiro (CFP) comentou que o
160 ANDES solicitou das bases pronunciamento sobre o que seria possível flexibilizar
161 (<https://docs.google.com/open?id=0B48pp-OUXm7nbUptZUtlMS1BUmc>). E disse que nem
162 todos os sindicatos tiveram condições de tratar sobre o assunto, uma vez que o prazo dado

163 foi até terça-feira passada. A APUR não teve condições de discutir, pois quando da
164 solicitação já havia ocorrido a assembleia permanente de greve. Tarcísio ainda falou que em
165 relação à flexibilização há varias propostas; que o parcelamento não vá até 2015, devido à
166 redução das parcelas, o que dá a impressão de que não há ganhos e também pela
167 mudança do governo em 2015. E acrescentou que para além do ANDES e do PROIFES
168 teremos que construir uma proposta que seja adequada, no momento, para a categoria.
169 Com a fala do professor Tarcísio encerraram-se as colocações do CLG e foram abertas
170 inscrições à plateia. O professor Joelito de Oliveira Rezende (CCAAB) chamou a atenção
171 para o cenário que vivenciamos, com uma série de servidores públicos em greve, um
172 cenário internacional caótico, onde professores de Portugal e Espanha tiveram seus salários
173 reduzidos. E indagou: “Há possibilidade de ganhar mais alguma coisa? Qual o fôlego? Qual
174 o melhor caminho para sair da greve?” Já o professor José Raimundo Santos (CFP)
175 ressaltou a importância da fala de João Mendes (CCS), quando o mesmo falou da união do
176 governo com a imprensa para dismantlar o movimento grevista. Ele disse que ouviu na
177 Rádio ZR que as universidades já estão avaliando o calendário de reposição, pois os
178 ministérios da educação e planejamento já fizeram o possível. O professor também chamou
179 atenção para as páginas das universidades, onde já aparecem as propostas do governo e
180 chamadas que se configuram como retorno de algumas atividades, como exemplo ele citou
181 que a PROGRAD convocou os diretores para discutir PPC de cursos. Ainda o professor
182 propôs que a APUR encaminhasse para as rádios do Recôncavo o que de fato está
183 acontecendo, para esclarecimento da população. Para o professor Nilson Weisheimer
184 (CAHL) temos coisas a considerar como: “a ANDES e seus sindicatos estão caminhando
185 para uma vitória política; o PROIFES se revelou um sindicato pelego; a expressão sindical
186 não se faz pelo PROIFES, mas sim pela ANDES”. O professor ainda ressaltou que para os
187 professores o governo prevê 1 bilhão e pouco, mas para concessão fiscal ao sistema
188 financeiro é muito mais. E afirmou que é melhor manter a carreira como está do que pegar
189 algo pior. Mas que se deve manter a política salarial do ANDES. Ainda, o professor propôs
190 como encaminhamento que se exija que o parcelamento do reajuste obedeça 50% para
191 2013 e 50% para 2014 e que o semestre seja cancelado. O professor Maurício Ferreira da
192 Silva (CAHL) indagou sobre como vai ficar o pós-greve. E afirmou que quem tem problema
193 de calendário a nível nacional é a UFRB, em função da paralisação dos estudantes e da
194 greve dos servidores técnico-administrativos. E remeteu para que se faça uma leitura do
195 calendário local e propôs que o calendário, seja ele qual for, precisa ser discutido com os
196 professores e não apenas no CONAC. Para o professor Adriano Anunciação Oliveira
197 (CAHL) estamos mantendo burocraticamente a greve até 31 de agosto. Ele afirmou que
198 uma greve com data para finalização é complicado; que o grande ganho foi político, pois não
199 esperávamos. Já em relação à flexibilização o professor Adriano crê que é uma armadilha,
200 pois ao se flexibilizar um ponto e não os outros se pode cair na incoerência. Além disso, ele
201 disse que o governo não pretende fazer indexação do salário base e, portanto, dos pontos 1
202 ao 5 da proposta de flexibilização do Andes não há muito como avançar. E propôs insistir
203 firmemente no parcelamento do reajuste em 50% para 2013 e 50% para 2014. E ainda que
204 seria necessário o governo revisar a tabela do imposto de renda, pois esse reajuste vai ser
205 consumido pelo imposto de renda. O professor João Mendes de Lima Júnior (CCS) lembrou
206 que ou se investe fortemente na educação ou seremos sempre o último nesse quesito. E
207 ressaltou que somos a 6ª potência em economia hoje, mas em educação continuamos lá
208 atrás. E provocou: por que não fazer um PAC para educação? Que a educação seja
209 considerada investimento! E emendou dizendo que o governo renunciou 19 bilhões das
210 instituições privadas em vez de investi-los na educação pública. E disse: “Não nos tornemos
211 tímidos numa discussão conceitual com o governo. Podemos diminuir algumas exigências
212 quanto ao piso, que não seja indexado, mas uma referência. Contudo, não é interessante
213 flexibilizar o fator trabalho: 20, 40 e DE. Para estruturar a carreira, precisamos construir uma
214 proposta escalonada para amarração até no outro governo”. O professor Tarcísio Fernandes
215 Cordeiro colocou outros elementos no bojo da discussão dizendo que o governo baixou uma
216 normativa para que os reitores estabeleçam o corte de ponto e ainda exigindo a elaboração

217 de uma proposta de reposição das aulas, inclusive para os meses de janeiro e fevereiro.
218 Contudo, salientou Tarcísio, nesse instante não podemos discutir calendário de reposição,
219 pois ninguém nos perguntou sobre o reajuste dos ministros do supremo de 26 mil para 32
220 mil. Não vai ser em um ano que vamos conseguir reestruturar a carreira... são vocês que
221 vão decidir se depois de 31 de agosto vamos tratar com o legislativo! O professor Antônio
222 Eduardo Alves de Oliveira (CAHL) salientou que o dia 31 é o prazo para definição do
223 orçamento e que a greve é uma construção coletiva e, portanto, a categoria deve perceber
224 que o momento não é de discutir o fim da greve, mas sim discutir a vitória da greve. Temos
225 que pressionar para reabrir as negociações. Além disso, nossa greve tem outros
226 significados que é a pauta local e o problema do REUNI, que o governo se recusa a discutir.
227 Findadas as discussões em torno da avaliação da greve, a mesa encaminhou as votações.
228 O primeiro encaminhamento foi pela continuidade da greve, que foi aprovado pela plenária
229 com registro de uma abstenção. Seguiu-se com a proposta de que o CLG elabore uma carta
230 de esclarecimento à imprensa, encaminhamento que foi aprovado por unanimidade. A
231 proposta que tratava do cancelamento do semestre não foi votada, pois em assembleias
232 anteriores já se havia deliberado que a discussão do calendário acadêmico ocorrerá após o
233 fim da greve. Como último encaminhamento o professor Roberto Lyrio Duarte Guimarães
234 (CAHL) propôs que a APUR e o CLG buscassem maior inserção na mídia, principalmente
235 através do curso de cinema, com o intuito de maior esclarecimento à população sobre os
236 motivos da greve e da não aceitação da proposta do governo. O professor Eder Pereira
237 Rodrigues, presidente da mesa, questionou se o professor Roberto Lyrio poderia estar
238 colaborando nesse sentido e ele colocou-se à disposição. Assim, em regime de votação a
239 proposta foi aprovada por unanimidade. No último ponto, **3. O que ocorrer**, foram
240 encaminhadas ações para o próximo período, sendo aprovado o seguinte calendário: i)
241 reunião do CLG na terça-feira, 21.08.12; ii) Café da Greve no hall da Reitoria na próxima
242 quarta-feira, 22.08.12; iii) reuniões sindicais nos centros, entre os dias 23 e 24.08.12; iv)
243 indicativo de assembleia permanente de greve para a quinta-feira, 30 de agosto de 2012.
244 Também foi aprovada por unanimidade a elaboração dos seguintes documentos: Moção de
245 repúdio ao decreto 7777/2012 que autoriza a substituição de servidores públicos federais
246 em greve por servidores estaduais, municipais ou pela terceirização; Moção de
247 solidariedade à comunidade quilombola Rios dos Macacos, que luta há 42 anos pelo direito
248 de permanecer nas terras que foram ocupadas pela Marinha do Brasil para a construção da
249 Vila Naval; Carta a presidenta Dilma Rousseff, assinada pelo CLG, solicitando a reabertura
250 das negociações. Como último encaminhamento, foi aprovada a permanência do professor
251 Herbert Toledo Martins no CNG em Brasília até a próxima semana. O Professor João
252 Mendes solicitou a mesa autorização para dar um aviso de última hora, que foi concedida.
253 Assim, o professor comunicou que o professor David Romão Teixeira encontra-se
254 negociando uma audiência pública com a bancada baiana para a próxima terça-feira e,
255 portanto, talvez tenhamos mais uma atividade. Não havendo nada mais a tratar, o professor
256 Eder Pereira Rodrigues (CCS), coordenador da mesa, declarou suspensa a Assembleia
257 Permanente de Greve da APUR às doze horas e quarenta minutos, da qual eu, Givanildo
258 Bezerra de Oliveira, secretário *ad hoc*, lavei a presente ata que após lida e aprovada em
259 Assembleia, será assinada por mim, pelo presidente da APUR e pelos demais componentes
260 da mesa diretora. Cachoeira, Bahia, dezesseis de agosto de dois mil e
261 doze.//